Certifico que, por escritura de 25 de Março de 1999, lavrada de fl. 2 a fl. 3 do livro de notas para escrituras diversas n.º 95-A do Cartório Notarial de Vendas Novas foi feita a liquidação e dissolução da Sociedade em epígrafe:

Foi conferido e está conforme.

8 de Novembro de 2004. — A Conservadora, *Ana Margarida Jacob Moreira*.
2005565830

RUFINATUR — COMÉRCIO DE PRODUTOS DIETÉTICOS, UNIPESSOAL, L.ª

Sede: Parque Industrial de Vendas Novas, Edifício Copenhaga, letra E, freguesia e concelho de Vendas Novas

Conservatória do Registo Comercial de Vendas Novas. Matrícula n.º 00376/220604; inscrição n.º 01; número e data da apresentação: 07/220604.

Certifico que, por escritura de 9 de Junho de 2004, lavrada de fl. 125 a fl. 126 v.º do livro de notas para escrituras diversas n.º 230 do Cartório Notarial do Centro de formalidades de Setúbal, foi constituída por Rui Filipe Lopes a sociedade que se rege pelo seguinte contrato:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma RUFINATUR — Comércio de Produtos Dietéticos, Unipessoal, L.ª

2 — A sociedade tem a sua sede no Parque Industrial de Vendas Novas, Edifício Copenhaga, letra E, freguesia e concelho de Vendas Novas.

§ único. A gerência poderá deslocar livremente a sede social dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe e, bem assim criar sucursais, filiais, agências ou outras formas locais de representação, no território nacional ou no estrangeiro.

ARTIGO 2.º

O objecto da sociedade consiste na importação, produção, fabricação e comercialização de preparados à base de plantas medicinais e dietéticos, medicamentos fitoterapêuticos e cosméticos, fabricação e comercialização de máquinas auxiliares de diagnóstico, biotecnológico a técnica no âmbito da fabricação de plantas medicinais e complementos dietéticos e formação na área das medicinas alternativas e estética.

Testes e estudos filosóficos sobre ciências esotéricas ou religiosas aplicadas à saúde. Comércio, importação e exportação de veículos automóveis, bem como das suas peças e acessórios.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de cinco mil euros, representado por uma quota de igual valor nominal pertencente ao sócio único.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência e a representação da sociedade pertencem ao sócio único, desde já nomeado gerente, com ou sem remuneração, conforme ele decidir.

2 — Para a sociedade ficar validamente obrigada é suficiente a intervenção de um gerente.

ARTIGO 5.º

O sócio único, fica autorizado a celebrar negócios jurídicos com a sociedade, desde que tais negócios sirvam à prossecução do objecto social.

ARTIGO 6.º

A sociedade poderá participar em agrupamentos complementares de empresas e no capital social de outras sociedades, mesmo que o objecto desses agrupamentos complementares e ou empresas não coincida no todo ou em parte com aquele que a sociedade está exercendo.

Foi conferido e está conforme.

19 de Agosto de 2004. — A Conservadora, *Ana Margarida Jacob Moreira*.
2005565032

MEDRIM — FABRICO E COMÉRCIO DE DISPOSITIVOS MÉDICOS, L.ª

Sede: Parque Industrial de Vendas Novas, Segunda Fase Norte, lote 4, freguesia e conselho de Vendas Novas

Conservatória do Registo Comercial de Vendas Novas. Matrícula n.º 00394/06012005; inscrição n.º 01; número e data da apresentação: 07/231204.

Certifico que por escritura de 30 de Dezembro de 2004, lavrada de fl. 105 a fl. 108 do livro n.º 248 de notas do para escrituras diversas do Cartório Notarial do Centro de Formalidades de Setúbal foi constituída por Rogério Carlos da Luz Júlio, Liliana Cristina Bento Júlio e Hélio Nuno Bento Júlio a sociedade que se rege do seguinte contrato:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma MEDRIM — Fabrico e Comércio de Dispositivos Médicos, L.ª

2 — A sociedade tem a sua sede no Parque Industrial de Vendas Novas, Segunda Fase Norte, lote quatro, freguesia e concelho de Vendas Novas.

3 — Por simples deliberação da gerência, pode a sede ser deslocada dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe e serem criadas agências, filiais, delegações, sucursais ou outras formas locais de representação, no território nacional ou no estrangeiro.

ARTIGO 2.º

O objecto da sociedade consiste no fabrico e comercialização de dispositivos médicos, cirúrgicos, farmacêuticos e de estética. Representação de marcas e produtos do ramo médico, farmacêutico e de estética. Fabrico e comercialização de cosméticos e produtos de higiene.

ARTIGO 3.º

1 — O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de cinco mil e cem euros e corresponde à soma de três quotas iguais do valor nominal de mil e setecentos euros, pertencente uma a cada um dos sócios.

2 — Aos sócios poderão ser exigidas prestações suplementares de capital até ao montante global igual a dez vezes o capital social inicial, na proporcionalidade das suas quotas.

3 — A exigibilidade das prestações suplementares será deliberada em assembleia geral, por unanimidade dos sócios.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência da sociedade será exercida sem qualquer remuneração para o efeito, salvo se o contrário for deliberado em assembleia geral.

2 — A gerência da sociedade pertence a um ou mais gerentes e estes podem ser escolhidos de entre estranhos à sociedade e será nomeada em assembleia geral especialmente convocada para o efeito, ficando desde já nomeados gerentes todos os sócios, bem como os não sócios, Marco Aurélio Pelica Rita, casado, residente na Rua da Palma, 51, Casebres, Alcácer do Sal e Ana Catarina Fernandes de Matos, casada, residente no Casal da Raposa, Pedra Amassada, Santo Isidoro.

3 — A sociedade, poderá constituir mandatários ou procuradores da sociedade, para a prática de determinados actos, ou categorias de actos, ou para determinados negócios, nos termos do n.º 6 do artigo 252.º do Código das Sociedades Comerciais.

4 — Para a sociedade ficar obrigada em todos os seus actos e contratos, é necessária a assinatura de dois gerentes, sendo que, nos actos e contratos de valor superior a cinquenta mil euros, é indispensável a assinatura do gerente Rogério Carlos da Luz Júlio.

5 — A gerência terá os mais amplos poderes de gestão e representação social em juízo e fora dele, activa ou passivamente, competindo-lhe inclusive a contratação de quaisquer empréstimos ou contas caucionadas, junto de instituições bancárias ou financeiras, pelos prazos, juros e demais condições que entender, bem como a aquisição, venda ou oneração de quaisquer direitos sociais e de bens móveis e imóveis, incluindo veículos automóveis, nos termos e condições que julgue convenientes, podendo contrair para o efeito empréstimos bancários ou subscrever contratos de *leasing*, aluguer de longa duração ou *renting*.

ARTIGO 5.º

A sociedade poderá amortizar qualquer quota nos seguintes casos:
a) Por acordo com o respectivo titular;
b) Quando a quota for objecto de penhora, arresto ou adjudicação em juízo, falência ou cessão gratuita não autorizada;

c) Quando o sócio praticar actos que violem o pacto social ou as obrigações sociais;

d) No caso de morte de sócio a quem não sucedam herdeiros legítimos;

e) Quando, em partilha, a quota for adjudicada a quem não seja sócio;

f) Por interdição ou inabilitação de qualquer sócio;

g) Por exoneração ou exclusão de um sócio;

h) Quando a quota tiver sido cedida a terceiros sem o prévio consentimento da sociedade, tomado por maioria, em assembleia geral.

§ 1.º Os sócios podem deliberar que a quota amortizada figure no balanço e que, posteriormente, sejam criadas uma ou várias quotas, destinadas a serem alienadas a um ou a alguns dos sócios ou terceiros.

§ 2.º Salvo acordo em contrário ou disposição legal imperativa, a contrapartida da amortização será o valor que resultar do último balanço aprovado.

§ 3.º Se por falecimento de um sócio a respectiva quota não for amortizada no prazo de 90 dias, a contar da data do falecimento, os herdeiros deverão designar, de entre eles, um representante comum.

ARTIGO 6.º

A sociedade poderá participar no capital de outras sociedades, mesmo com objecto diferente do seu e em sociedades reguladas por leis especiais ou em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 7.º

Aos lucros líquidos anualmente apurados, depois de deduzida a percentagem para reserva legal, será dado o destino que vier a ser deliberado em assembleia geral.

ARTIGO 8.º

A cessão de quotas a não sócios depende do consentimento da sociedade que terá sempre o direito de preferência, o qual, de seguida, se defere aos sócios não cedentes.

ARTIGO 9.º

É absolutamente interdito dos gerentes, mandatários e procuradores, realizar actos ou assinar documentos em nome da sociedade, que sejam alheios ao objecto social, designadamente prestando cauções, fianças, avales, aceitando ou sacando letras de favor, sendo tais actos, quando realizados, considerados da inteira e exclusiva responsabilidade pessoal do interveniente que os subscreveu.

Foi conferido e está conforme.

10 de Janeiro de 2005. — A Conservadora, *Ana Margarida Jacob Moreira*.
2008240339

ARNEIROS — EMPRESA DE TRABALHO TEMPORÁRIO E SERVIÇOS DE GESTÃO DE PESSOAL, L.ª

Sede: Rua de Joaquim Pedro de Matos, 36, freguesia e concelho de Vendas Novas

Conservatória do Registo Comercial de Vendas Novas. Matrícula n.º 00387/260804; inscrição n.º 01; número e data da apresentação: 06/260804.

Certifico que, por escritura de 6 de Julho de 2004, lavrada de fl. 9 a fl. 11 do livro de notas para escrituras diversas n.º 46-D do Cartório Notarial de Arraiolos, foi constituída pela Sociedade Arneiros — Turismo e Hotelaria, S. A., Maria Margarida Mendes Gonçalves e Maria José Meireles Figueira Gouveia, a sociedade que se rege pelo seguinte contrato:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a denominação ARNEIROS — Empresa de Trabalho Temporário e Serviços de Gestão de Pessoal, L.ª, e tem sede na Rua de Joaquim Pedro de Matos, 36, na freguesia e concelho de Vendas Novas.

2 — Por simples deliberação da gerência, poderá a sociedade transferir a sua sede social para outro local dentro do mesmo concelho, ou para concelho limítrofe, bem como abrir, transferir ou encerrar sucursais, filiais e agências ou qualquer forma de representação social, em qualquer parte do território nacional ou no estrangeiro.

ARTIGO 2.º

A sociedade tem por objecto a prestação de serviços de trabalho temporário, de gestão de pessoal, selecção e colocação de pessoal,

cedência temporária de pessoal para utilização de terceiros utilizados, podendo ainda desenvolver actividades de selecção, orientação e formação profissional, consultoria e gestão de pessoal e recursos humanos, processamento de salários e processamento de dados ligados à colocação de pessoal.

ARTIGO 3.º

A sociedade poderá adquirir e alienar participações noutras sociedades, quer anónimas quer por quotas, ainda que com objecto diferente do seu, bem como em consórcios ou agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 4.º

O capital social, parcialmente realizado, é de dez mil euros e corresponde à soma de três quotas: uma de seis mil euros, pertencente à sócia Arneiros — Turismo e Hotelaria, S. A., inteiramente realizada em dinheiro; uma de três mil euros, pertencente ao sócio Artur Manuel Ventura Figueira Gouveia, e outra de mil euros, pertencente à sócia Maria José Meireles Figueira Gouveia, estas a realizar dentro do prazo de três anos.

ARTIGO 5.º

1 — São nomeados desde já gerentes, representando e obrigando qualquer um deles a sociedade, Maria Margarida Mendes Gonçalves Ribeiro Figueira Gouveia, como representante da sócia Arneiros — Turismo e Hotelaria, S. A., e Artur Manuel Ventura Figueira Gouveia.

2 — A gerência poderá ou não ser remunerada, conforme vier a ser deliberado em assembleia geral.

3 — A gerência poderá constituir mandatários ou procuradores da sociedade para a prática de determinados actos ou categorias de actos.

ARTIGO 6.º

1 — A divisão e cessão de quotas é livre entre sócios, seus cônjuges ou descendentes.

2 — A cessão de quotas a estranhos carece sempre do consentimento da sociedade, à qual é atribuído o direito de preferência em primeiro lugar e aos sócios não cedentes, em segundo.

ARTIGO 7.º

1 — A sociedade poderá amortizar quotas nos seguintes casos:

a) Por acordo com o respectivo titular;

b) No caso de morte, interdição ou inabilitação do respectivo titular;

c) No caso de penhora, arresto, arrolamento ou apreensão judicial da quota a amortizar;

d) o caso de violação, pelo titular, do direito de preferência previsto no número dois do artigo anterior.

2 — Salvo acordo diverso, a contrapartida da amortização é o valor da liquidação da quota, determinado e pago nos termos estabelecidos na lei.

ARTIGO 8.º

Os sócios poderão contratar com a sociedade a prestação a esta de suprimentos, em dinheiro ou outra coisa fungível.

ARTIGO 9.º

As assembleias gerais serão convocadas mediante cartas registadas dirigidas aos sócios com a antecedência mínima de 15 dias, sempre que a lei não exija outras formalidades.

Foi conferido e está conforme.

13 de Setembro de 2004. — A Conservadora, *Ana Margarida Jacob Moreira*.
2005565130

FÉRIAS ALENTEJANAS — OPERADOR TÚRISTICO, L.ª

Sede: Rua de Joaquim Pedro de Matos, 36, freguesia e concelho de Vendas Novas

Conservatória do Registo Comercial de Vendas Novas. Matrícula n.º 00406/200405; identificação de pessoa colectiva n.º 507180456; inscrição n.º 02; número e data da apresentação: 11/13072005.

Certifico que, por escritura de 7 de Julho de 2005, lavrada a fl. 25 do livro n.º 57-D do Cartório Notarial de Arraiolos foi alterado o seguinte artigo:

ARTIGO 5.º

O capital social, integralmente realizado, é de cem mil euros e corresponde à soma de seis quotas, duas no igual valor nominal de quarenta e cinco mil euros pertencentes à sócia Arneiros Turismo e